CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO PAULISTA E A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO JUÍZO DA 046ª ZONA ELEITORAL – FRANCA, ESTADO DE SÃO PAULO PARA A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE POSTO DE ATENDIMENTO ELEITORAL.

O MUNICÍPIO de Patrocínio Paulista, Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 45.318.185/0001-15, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor José Mauro Barcellos, devidamente autorizado por Lei Municipal, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a UNIÃO, neste ato representada pela Juíza Eleitoral da 046ª Zona Eleitoral, Senhora Milena de Barros Ferreira, localizada na Rua Francisco Jorge, nº 2112, Bairro São José, doravante denominada simplesmente JUSTIÇA ELEITORAL, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação, nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula I – DO OBJETO. O presente Convênio de Cooperação tem por objeto a instalação de Posto de Atendimento eleitoral no Município de Patrocínio Paulista, compreendendo: locação/disponibilização, manutenção e conservação do imóvel, incluindo o pagamento de impostos e taxas decorrentes; o fornecimento de móveis e utensílios para o seu funcionamento; a requisição de servidores; o fornecimento de materiais de papelaria, limpeza e de copa/cozinha; e, também, a prestação de serviços de limpeza e de reprodução de cópias, pelo MUNICÍPIO em favor da JUSTIÇA ELEITORAL, observado o Plano de Trabalho anexo e a disponibilidade municipal.

Cláusula II – DO IMÓVEL. Incumbe ao MUNICÍPIO providenciar a disponibilização ou a locação de imóvel para a instalação do posto de atendimento eleitoral, responsabilizando-se pelas obras e reparos que se fizerem necessários para o seu pleno funcionamento.

- § 1º. O MUNICÍPIO responsabiliza-se pela regularidade da edificação, inclusive quando imóvel de terceiro, por meio de obtenção do Habite-se, do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)/Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros (CLCB), cuja renovação deve ser providenciada sempre antes de expirar a validade, bem como qualquer outro documento que se fizer necessário.
- § 2º. É de responsabilidade do **MUNICÍPIO** disponibilizar ou locar imóvel com infraestrutura adequada para o atendimento biométrico, incluindo condições de acessibilidade e requisitos de segurança (alarme, grades, etc.), com área capaz de receber a quantidade de kits necessários, não inferior a 2 unidades.

an of

- § 3°. É de responsabilidade do **MUNICÍPIO** custear ou realizar as adaptações internas no imóvel para a conexão à rede da Justiça Eleitoral, a saber:
- I. instalar um mínimo de três pares de cabo telefônico, conectando a caixa de entrada de telefonia do prédio com o local onde ficarão o roteador e o modem da companhia telefônica;
- II. instalar o cabeamento local, hipótese em que a Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo encaminhará os componentes necessários (cabos com até 15 metros de comprimento e um switch), devendo o **MUNICÍPIO** providenciar as conexões necessárias;
- III. caso o **MUNICÍPIO** forneça o cabeamento estruturado para a comunicação de dados, a Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo estará à disposição do órgão competente para prestar as instruções necessárias.
- **§ 4º.** O Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo fornecerá os equipamentos de informática (computadores, impressoras, estabilizadores, kit de biometria), bem como solicitará a instalação da linha de comunicação de dados (MPLS), junto à empresa prestadora de serviços de telefonia, arcando com o custo de sua manutenção, observados os requisitos do § 2º, desta cláusula.
- § 5°. É de responsabilidade do **MUNICÍPIO** a manutenção do imóvel disponibilizado ou locado, bem como o pagamento de impostos, taxas, conta de telefone (à exceção da(s) linha(s) habilitada(s) diretamente pela Justiça Eleitoral para uso exclusivo do posto de atendimento eleitoral), etc., e demais despesas decorrentes da instalação e permanência do posto, aí também compreendidos os aluguéis periódicos e outros cargos derivados do locatício.
- **§ 6º.** As contas de água e de energia elétrica serão arcadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, desde que haja medidor individualizado no imóvel.
- § 7°. É de responsabilidade do **MUNICÍPIO** a prestação de serviços de limpeza do imóvel disponibilizado ou locado, em periodicidade a ser definida segundo a estrita necessidade do posto de atendimento eleitoral.
- Cláusula III DOS SERVIDORES. Compete ao MUNICÍPIO colocar à disposição servidores, que serão requisitados pela JUSTIÇA ELEITORAL, em quantidade suficiente para a realização do atendimento biométrico no

) Ag

posto, considerando a quantidade de equipamentos instalados, respeitados os ditames da Lei nº 6.999, de 7 de junho de 1982.

- **§ 1º.** Os pedidos de requisição de servidores devem ser encaminhados ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Pauló, para a devida autorização, nos termos das orientações expedidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal aos Cartórios Eleitorais.
- § 2º. Os servidores requisitados são treinados e qualificados pela **JUSTIÇA ELEITORAL** para a realização do atendimento biométrico.
- Cláusula IV DOS MÓVEIS, UTENSÍLIOS E MATERIAIS. Ao MUNICÍPIO cabe, ainda, a cessão de móveis e utensílios necessários ao funcionamento do posto de atendimento eleitoral, que continuarão a pertencer ao patrimônio municipal, mediante requerimento expresso com especificações e quantidades, formulado pela JUSTIÇA ELEITORAL, ficando sujeito à aceitação do MUNICÍPIO, segundo sua disponibilidade.
- **§ 1.º.** O fornecimento pelo **MUNICÍPIO** de materiais de papelaria, limpeza e copa/cozinha, além de serviços reprográficos, obedecerá as estimativas do Plano de Trabalho anexo, sendo proporcionados segundo as estritas necessidades do posto de atendimento eleitoral e a disponibilidade do **MUNICÍPIO**.
- § 2.º. Excetua-se do fornecimento de material aquele afeto ao expediente do posto de atendimento eleitoral de uso exclusivo da **JUSTIÇA ELEITORAL**, o qual será proporcionado pela mesma.
- Cláusula V DAS ATRIBUIÇÕES E DEVERES DA JUSTIÇA ELEITORAL. Compete à JUSTIÇA ELEITORAL utilizar o imóvel para o funcionamento do posto de atendimento eleitoral a que se destina, mantendo-o em boas condições de uso, a fim de restituí-lo no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações naturais do uso regular do imóvel.
- § 1.º. Compete, ainda, à JUSTIÇA ELEITORAL informar ao MUNICÍPIO, assim que possível, quaisquer ocorrências relativas ao imóvel, para as providências que forem cabíveis.
- § 2.º. Deverá a **JUSTIÇA ELEITORAL** prontamente prestar todos os esclarecimentos, bem como fornecer dados solicitados pelo **MUNICÍPIO** para o fiel cumprimento das condições pactuadas.
- § 3.°. Cabe à JUSTIÇA ELEITORAL formalizar todas as solicitações dirigidas ao MUNICÍPIO.

Ay Ay

Cláusula VI - DOS RECURSOS FINANCEIROS. As despesas decorrentes do presente convênio correrão exclusivamente às expensas do MUNICÍPIO.

Cláusula VII - DO PRAZO DE VIGÊNCIA. O presente convênio terá vigência pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados de sua assinatura, após o qual poderá ser celebrado novo convênio, desde que não modificado o objeto.

Cláusula VIII – DA DENÚNCIA. Este convênio poderá ser denunciado pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições pactuadas, ou pela superveniência de norma legal ou ato administrativo que o torne formal ou materialmente inexequível, ou ainda, por ato unilateral, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, respeitando-se, em quaisquer casos, o prazo necessário para o cumprimento de atividades inadiáveis.

Cláusula IX – DA PUBLICAÇÃO. O presente convênio será publicado pela JUSTIÇA ELEITORAL no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo e pelo MUNICÍPIO no Diário Eletrônico do município de Patrocínio Paulista.

Cláusula X – DO FORO. As questões oriundas deste convênio deverão ser resolvidas, preliminarmente, de comum acordo pelas partes. Em não sendo possível, fica eleito para dirimir tais questões o foro da Justiça Federal, da Seção Judiciária da cidade de Franca, neste Estado, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. Os entendimentos para a consecução do presente convênio far-se-ão por intermédio da Meritíssima Juíza Eleitoral da 046ª Zona Eleitoral, podendo ser modificado por termo aditivo.

E, por estarem as partes de pleno acordo, aceitando todos os termos do convênio, na presença de 2 (duas) testemunhas, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, devendo ser encaminhada 1 (uma) cópia do instrumento assinado à Secretaria de Administração de Material do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.

Franca/SP, em 21 de janeiro de 2020.

Prefeito formed José Mauro Barcellos

Município de Patrocínio Paulista

Juíza Eleitoral

Milena de Barros Ferreira

046a Zona Eleitoral - Franca/SP



Testemunhas:

Nome: felma maria Personi Garcia R.G.: 38. 460. 870 - X Assinatura: felmano Garcia

Nome: Angela Caislina Fakipos R.G.: 45828728-5 Assinatura: Assinatura:

ANEXO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO EM 21 DE JANEIRO DE 2020 (PLANO DE TRABALHO)

1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Objeto: Convênio de Cooperação com o propósito de instalação de Posto de Atendimento Eleitoral no Município de Patrocínio Paulista, compreendendo: a locação/disponibilização, manutenção e conservação do imóvel, incluindo o pagamento de impostos e taxas decorrentes; o fornecimento de móveis e utensílios para o seu funcionamento; a requisição de servidores; o fornecimento de materiais de papelaria, limpeza e de copa/cozinha; e, também, a prestação de serviços de limpeza e de reprodução de cópias, pelo **MUNICÍPIO** em favor da **JUSTIÇA ELEITORAL**.

Partícipes: Município de Patrocínio Paulista e Juízo da 046ª Zona Eleitoral.

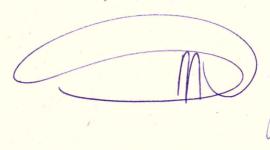
Período de execução: prazo de vigência do convênio de cooperação.

2. JUSTIFICATIVA

Em razão da inexistência de disponibilidade orçamentária, bem como de reduzida estrutura administrativa, para a **JUSTIÇA ELEITORAL** prover o custeio integral dos Cartórios Eleitorais do interior do Estado de São Paulo, são celebrados convênios de cooperação para formalizar a disponibilização e a manutenção, por parte dos Municípios, dos imóveis que sediam as Unidades Eleitorais, conforme obrigações contidas nos respectivos termos.

3. EXECUÇÃO DO OBJETO PELO MUNICÍPIO

Meta	Especificação	Início	Término
1) Disponibilização de imóvel para o funcionamento do Posto	Observadas as disposições da cláusula II do termo de convênio de cooperação.	A partir da data de celebração do convênio de cooperação.	Enquanto vigorar o convênio de cooperação.
2) Manutenção e conservação do imóvel que sedia o Posto	Realização das obras e reparos que se fizerem necessários.		Enquanto vigorar o convênio de cooperação.



Ay of

	, h		
3) Pagamento de despesas e encargos decorrentes do imóvel.	Pagamento de impostos, taxas e despesas oriundas da instalação e permanência do Cartório Eleitoral, incluindo os aluguéis periódicos e outros encargos derivados do locatício.	A partir da data de celebração do convênio de cooperação.	Enquanto vigorar o convênio de cooperação.
4) Fornecimento de móveis e utensílios para o funcionamento do Posto	[indicar quantidade estimada conforme a necessidade do Posto]	A partir da data de celebração do convênio de cooperação.	Enquanto vigorar o convênio de cooperação.
5) Requisição de servidores	Observados os termos da Lei n. 6.999/1982.	A partir da data de celebração do convênio de cooperação.	Enquanto vigorar o convênio de cooperação.
6) Fornecimento de materiais de papelaria, limpeza e de copa/cozinha	[indicar quantidade estimada conforme a necessidade do Posto]	A partir da data de celebração do convênio de cooperação.	Enquanto vigorar o convênio de cooperação.
servicos de limpeza	[indicar periodicidade conforme a necessidade do Posto]	A partir da data de celebração do convênio de	Enquanto vigorar o convênio de cooperação.

cooperação.

cooperação.

8) Serviço de reprodução de cópias

[indicar quantidade estimada conforme a necessidade do Posto]

A partir da data de celebração do convênio de cooperação.

Enquanto vigorar o convênio de cooperação.

Os Excelentíssimos Senhores Prefeito, José Mauro Barcellos do Município de Patrocínio Paulista e a Juíza Eleitoral da 046ª Zona Eleitoral, Milena de Barros Ferreira, aprovam o presente Plano de Trabalho, conforme dispõe o artigo 116, § 1º, da Lei 8.666/1993.

Franca/SP, em 21 de janeiro de 2020.

Prefeito Anguer

José Mauro Barcellos

Município do Patro sími

Município de Patrocínio Paulista

Juíza Eleitoral

Milena de Barros Ferreira 046ª Zona Eleitoral - Franca/SP

9 07